

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

RECURSO N.º 229/05 (PROCESSO N.º 04/05)

Autor: Deputado José Dirceu

Relator: Deputado Darci Coelho

VOTO EM SEPARADO

(Dep. Fernando Coruja)

Por meio do Recurso em epígrafe enumerado, o Deputado José Dirceu de Oliveira e Silva, com fulcro no art. 14, VIII, do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, insurge contra ato do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que impediu a retirada da representação n.º 38/05 formulada pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

Para o ilustre Deputado recorrente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar precipitou-se e não conheceu adequadamente do pedido de retirada da representação, contrariando normas regimentais e constitucionais. O Parlamentar sustenta a tese de que o regramento interno da Câmara dos Deputados permite concluir que a representação oferecida por partido político pode ser retirada antes da votação do relatório.

Ainda, aduz o eminente Deputado que, como ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não compete instaurar de ofício processo disciplinar, também não lhe é lícito obstar a retirada da representação. Ao final, o Recorrente requer a declaração de nulidade do parecer normativo aprovado pelo Conselho de Ética e a reforma da decisão emanada para que seja acatado o pedido de retirada da representação formulado pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB.

Conforme preceitos regimentais, após o recebimento do recurso por esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi

designado o Deputado Darci Coelho como relator da matéria. Em seu parecer, o relator assevera que o procedimento de cassação de mandato parlamentar é definido, de forma sucinta, no Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual remete ao art. 55, § 1º, da Lei Fundamental, surgindo a necessidade de interpretação analógica.

Nesse contexto, para o eminente relator, as normas supletivas não de ser buscadas no Código de Processo Penal. Por conseguinte, ao aplicar este diploma legal, em especial o art. 25, o relator conclui que a ação somente é instaurada após o recebimento do processo, com parecer e o projeto de resolução destinado à declaração da perda do mandato, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ou seja, a fase investigatória do processo ainda não foi concluída e a retratação da Representação é tempestiva. Assim, vota pelo conhecimento e provimento do recurso.

Em que pese as teses acima mencionadas, algumas observações merecem detida e percuciente análise desta Comissão.

A Constituição Federal arrola as hipóteses de perda do mandato parlamentar, os conteúdos da conduta incompatível com o decoro parlamentar, as instâncias responsáveis pelo respectivo processo e as garantias outorgadas ao processados.

O texto Constitucional não teve a intenção de exaurir a regulação de tudo quanto diga respeito à perda de mandato parlamentar. Nesse contexto, a própria Constituição outorga autorização ao Congresso Nacional para definir outras condutas incompatíveis com o decoro parlamentar, seu processo e julgamento.

Outrossim, o processo disciplinar instaurado contra um Deputado por conduta incompatível com o decoro parlamentar obedece a rito próprio e específico, regulado pelo Código de Ética e Decoro Parlamentar. Este diploma regimental, ao definir a competência do Conselho de Ética, utiliza a locução “processo disciplinar” e o termo “acusados”. Confira-se:

“Art. 6º. Ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar compete:

(...)

II – processar os acusados, nos casos e termos previstos no art. 13.

...

Art. 14. A aplicação das penalidades de suspensão temporária do exercício do mandato, de no máximo trinta dias, e de perda do mandato são de competência do Plenário da Câmara dos Deputados, que deliberará em escrutínio secreto e por maioria absoluta de seus membros, por provocação da Mesa ou de Partido Político representado no Congresso Nacional, após processo disciplinar instaurado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, na forma deste artigo.

(...)

§ 4º Recebida representação nos termos deste artigo, o Conselho observará o seguinte procedimento:

(...)

II - constituída ou não a Subcomissão referida no inciso anterior, será remetida cópia da representação ao Deputado acusado, que terá o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar sua defesa escrita e indicar provas;

(...)

Art. 16. Os processos instaurados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar não poderão exceder o prazo de sessenta dias para sua deliberação pelo Plenário, nos casos das penalidades previstas nos incisos I, II e III do art. 10.

§ 1º O prazo para deliberação do Plenário sobre os processos que concluírem pela perda do mandato, prevista no inciso IV do art. 10, não poderá exceder noventa dias.

§ 2º Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo, a Mesa terá o prazo de dois dias, improrrogável, para incluir o processo na pauta da Ordem do Dia, sobrestando todas as demais matérias, exceto as previstas no art. 64 da Constituição Federal.”

Ao contrário do que sustentou o nobre relator, não há omissão no Diploma Regimental capaz de dar azo a busca de normas supletivas no Código de Processo Penal.

Assim, o Dep. José Dirceu se achava na condição de pessoa processualmente acusada (não apenas investigada) no momento da abertura de processo disciplinar no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (art. 6º do Código de Ética e Decoro Parlamentar).

Ou seja, já existe processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos do artigo 55, § 4º da Constituição Federal, posto que já existe parlamentar formalmente posto na condição de acusado. Confira-se:

“ Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador

*.....
.....:*

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.”

Neste contexto, uma vez instaurado, o processo contra o Dep. José Dirceu deixa de depender de qualquer ato de vontade do representante, no caso o Partido Popular Brasileiro - PTB, seguindo de ofício o curso previsto no art. 4º do Código de Ética e Decoro Parlamentar e nos arts. 7º e seguintes do Regulamento.

No tocante às demais exceções, adoto na íntegra os fundamentos expostos no parecer normativo aprovado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Estas as razões que exponho para divergir do ilustre Relator, posto que não acompanharei seu entendimento sobre a matéria nesta Comissão.

Sala das Reuniões, em 25 de outubro de 2005.

Dep. Fernando Coruja

PPS/SC